



A IMPUNIDADE DOS CRIMES DA DITADURA E O RELFEXO NOS DIAS ATUAIS

Autor: Bruna Novaes Andrade e Silva
E-mail: novaesbruna178@gmail.com
Orientador: Prof. Dr. Manoel Ilson Cordeiro
Rocha

Instituição: FACULDADE DE DIREITO DE FRANCA
Agência Financiadora: FACULDADE DE DIREITO DE FRANCA

Palavras-chave: Ditadura Militar; Lei de Anistia; Direitos Humanos; Direito à memória; Impunidade.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa possui como finalidade abordar a construção da verdade e da memória social dos cidadãos brasileiros e sua relação com as impunidades dos agentes violadores dos direitos humanos durante o período de 1964 até 1985, o qual ficou marcado pela ditadura militar.

Além disso, faz-se uma análise histórica do regime militar brasileiro, explicando os motivos pelos quais necessita-se da memória coletiva, enfatizando casos reais acontecidos na história nacional. Outrossim, é também estudo e analisado a legislação nacional, especificamente a Lei da Anistia (Lei nº 6.683/79), bem como as opiniões divergentes sobre o seu texto legal.

No mais, é discutido o trabalho realizado pela Comissão Nacional da Verdade (CNV), e os reflexos atuais alcançados na busca pela punição dos crimes contra a dignidade da pessoa humana.

Desse modo, faz-se alusão com as consequências sociais e jurídicas surgidas pela impunidade, sensibilizando o leitor da problemática do tema, tal como da necessidade de proteger e resguardar os direitos dos cidadãos face a banalização da história.



METODOLOGIA

O presente trabalho científico é amparado por um levantamento bibliográfico, com consultas doutrinárias constitucionais, livros específicos acerca da temática estudada, bem como a utilização de artigos jurídicos e não jurídicos. Além disso, é trabalhado a Lei nº 6.683/79, mais conhecida como Lei da Anistia.

RESULTADO E DISCUSSÕES

Os principais resultados e discussões parciais obtidos até o presente momento indicam:

- A banalização dos crimes cometidos pelo governo brasileiro durante a ditadura militar;
- A Lei nº 6.683/79 possui divergências no que tange sua utilidade, bem como consequências jurídicas e sociais;
- O negacionismo fere a história nacional;
- A impunidade dos crimes contra a dignidade da pessoa humana gera consequências futuras, tais como as que enfrentamos hoje com os pedidos de reestabelecimento da ditadura militar;

CONCLUSÃO

O que se conclui de todo o exposto na presente pesquisa, é a necessidade de cooperação, manutenção e ampliação dos conhecimentos acerca história nacional no período marcado pela ditadura militar, tendo em vista que a impunidade dos crimes cometido nesse espaço de tempo refletem de forma negativa na sociedade brasileira.

Diante disso, nota-se que o tema estudado é questão de direitos humanos, posto que aborda a dignidade da pessoa humana, bem como a atuação da sociedade no tocante à impunidade das violações humanas na ditadura. Por fim, entende-se que existe sim a relação entre a impunidade da violência ditatorial nacional e a banalização do período militar, fazendo com que pedidos de totalitarismo estejam sempre presentes e rodeando os cidadãos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. Editora Companhia das Letras, 2019.

MEZAROBBA, Glenda Lorena. **Um Acerto de Contas com o Futuro. A anistia e suas consequências - um estudo do caso brasileiro**. 2003. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-06112006-162534/publico/dissertacaoglenda.pdf>>.

ABRÃO, Paulo; TORELLY, Marcelo D. **Justiça de Transição no Brasil: a dimensão da reparação. Repressão e Memória Política no Contexto Ibero-Brasileiro**, [S. l.], p. 26-59, 2010. Disponível em: <<https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/87245/1/Repressao%20e%20Memoria%20Politica%20no%20Contexto%20Ibero-Brasileiro.pdf>>.